

OS 4 DRAMAS DOS MUSEUS MUNICIPAIS

1. Ausência de estratégia

São raros os municípios em que as Câmaras estabelecem um planeamento estratégico sustentável para o território que administram. Mais raros, ainda, os que incluem, nos seus projetos e planos, políticas públicas de Cultura. E pouco são os municípios que compreendem os museus municipais como âncoras para o desenvolvimento urbano. Os museus municipais podem sustentar programas culturais estruturantes, mas, na maior parte dos casos, são considerados apenas, ainda, como um “extra”. Exceção para os municípios que vivem essencialmente do turismo, onde os museus municipais, por vezes, conseguem encontrar espaço para fazer caminho enquanto meio de comunicação e de captura de públicos. No entanto, nestes casos, frequentemente, os museus ficam reféns de lógicas turísticas pouco estruturadas e que nada contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento local.

2. Falta de reconhecimento

Genericamente, os museus municipais continuam a ser vistos pelas autarquias como gastadores de recursos, serviços “onde não se faz nada”, mas, ainda assim, lugares privilegiados para a propaganda política ou para momentos simbólicos do poder local: considerados como espaços evocativos de uma memória coletiva (local), ou de uma certa beleza artística, são excelentes para usar em recepções solenes ou na comemoração de efemérides ou, por vezes, para se “encher de cachopos” e dizer que se está a “promover a cultura entre os jovens”. Importa que os municípios reconheçam o valor comunitários dos seus museus municipais, lugar onde todos se encontram: uns com os outros, hoje, com a sua história e com as suas gentes.

3. Inexistência de recursos humanos

Drama recorrente dos museus municipais é o da falta de recursos humanos especializados ou, tão simplesmente, a falta de pessoal (mesmo que não qualificado). Apesar da legislação existente, são demais os museus que abrem as portas com um ou dois funcionários a trabalhar inclusivamente, aos fins de semana, com regimes de compensação de horas de trabalho, muitas vezes, irregulares. Há também núcleos museológicos municipais a abrir as portas ao público à custa da contratação de prestadores de serviços que substituem, de forma precária, lugares que deviam ser ocupados por funcionários do quadro. Trata-se de prestações de serviços que incluem profissionais de várias áreas e que colmatam falhas de pessoal como rececionistas, investigadores e mediadores culturais.

É urgente rever os quadros dos museus municipais e garantir uma estrutura de recursos humanos suficiente e adequada às necessidades de cada lugar.

4. Escassez orçamental

Nesta lógica de falta de planeamento e de reconhecimento do papel dos museus municipais na engrenagem social e económica dos territórios, é óbvia a escassez orçamental a que são votados estes lugares de cultura.

Os orçamentos municipais para a Cultura são normalmente diminutos, sendo que os dos museus são constantemente postos à prova, quer na preparação do orçamento municipal anual quer nas frequentes alterações orçamentais que decorrem ao longo de cada ano civil. Os orçamentos dos museus municipais são pouco respeitados e, muitas vezes, ao longo do ano, vão sendo decompostos, alterados ou despojados, para colmatar outras despesas consideradas, pelo poder político, como prioritárias.

No âmbito da ação museológica mais contemporânea, os museus municipais têm efetivamente impacto na sociedade em que se inserem, porque fazem parte, interferem, intervêm.

É preciso reconhecer o valor comunitário dos museus municipais, respeitar e potenciar o seu papel enquanto lugar de *empowerment* para os cidadãos, participantes ativos no processo de criação, ocupação e utilização destes lugares como seus.